

1

Crise do Estado

No século XXI, o que substituirá o Estado-nação (pressupondo que ele seja substituído por algo) como modelo de governo popular? Não sabemos.

ERIC J. HOBSBAWM¹

Uma definição de crise

CARLO BORDONI: *Crise*. Da palavra grega κρίσις, “juízo”, “resultado de um juízo”, “ponto crítico”, “seleção”, “decisão” (segundo Tucídides), mas também “contenda” ou “disputa” (segundo Platão), um padrão, do qual derivam critério, “base para julgar”, mas também “habilidade de discernir”, e *crítico*, “próprio para julgar”, “crucial”, “decisivo”, bem como pertinente à arte de julgar.

Palavra que ocorre frequentemente nos jornais, na televisão, em conversas do dia a dia, que de tempos a tempos é usada para justificar dificuldades financeiras, aumento de preços, queda na procura, falta de liquidez, obrigação de novos impostos ou tudo isso junto.

Crise económica é, segundo os dicionários, uma fase de recessão caracterizada por falta de investimentos, diminuição da produção, aumento do desemprego, um termo que tem um sig-

nificado geral de circunstâncias desfavoráveis frequentemente ligadas à economia.

Qualquer acontecimento adverso, em especial os relativos ao setor económico, é “culpa da crise”. Trata-se de uma atribuição de responsabilidade absolutamente despersonalizada, a qual liberta os indivíduos de todo e qualquer envolvimento e faz alusão a uma entidade abstrata, o que soa vagamente sinistro. Isso acontece porque há algum tempo a palavra “crise” perdeu o seu significado original e assumiu uma conotação apenas económica. Ela substituiu outras palavras que foram historicamente desvirtuadas, como “conjuntura”, usada com frequência nos anos 1960 e 1970, quando a situação económica geral era mais otimista, abrindo caminho a temporadas nas quais o consumismo de massa reinou imperturbado.

Considerava-se que passar por um período “conjuntural” era uma transição dolorosa, mas necessária, para alcançar uma nova fase de prosperidade. Era um momento de ajuste para preparar terreno, refinar estratégias e atacar novamente a fim de recuperar o vigor e a segurança, e negociar acordos assim que as coisas se estabilizassem.

Uma conjuntura era um período curto em comparação com tudo o mais. O termo já implicava uma atitude positiva, confiante em relação ao futuro imediato, em contraste com outros termos comumente usados para designar dificuldades económicas, no passado. Depois da queda de Wall Street em 1929, começou a Grande Depressão. Ainda hoje, se comparado com “conjuntura”, esse termo evoca cenários de catástrofe e sugere uma recessão grave e a longo prazo, combinada com uma profunda angústia existencial — algo de que é extremamente difícil recuperar, marcado por implicações psicológicas inevitáveis.

A crise mais séria da modernidade, a de 1929, que causou o colapso da bolsa e provocou uma série de suicídios, foi habilmente resolvida mediante a aplicação das teorias de Keynes: apesar do défice, o Estado investiu em obras públicas, empregando mão de obra numa época em que não havia ne-

nhum emprego disponível e as empresas eram obrigadas a dispensar pessoas; os planos foram estimulados e abriu-se uma janela para a indústria, reimpulsionando o pêndulo da economia. Contudo, a crise atual é diferente. Os países afetados pela crise estão demasiado endividados e não têm vigor, talvez nem sequer instrumentos, para investir. Tudo o que podem fazer são cortes aleatórios, os quais têm o efeito de exacerbar a recessão, em vez de mitigar o seu impacto sobre os cidadãos.

Hoje, nós preferimos falar de “crise”, em vez de “conjuntura” ou “depressão”. Trata-se certamente de um termo mais neutro, que tem sido utilizado em muitos outros contextos, além do económico, sendo portanto muito familiar. Das crises matrimoniais, que perturbam casais, às crises de adolescência, que marcam a transição da puberdade à vida adulta, a noção de “crise” transmite a imagem de um momento de transição de uma condição anterior para uma nova — de uma transição que se presta necessariamente ao crescimento, como prelúdio de uma melhoria para um estado diferente, um passo adiante decisivo. Por isso o termo provoca menos medo.

Como se pode ver, “crise”, no seu sentido próprio, expressa algo positivo, criativo e otimista, pois envolve mudança e pode ser um renascimento após uma ruptura. Indica separação, com certeza, mas também escolha, decisões e, por conseguinte, a oportunidade de expressar uma opinião. Num contexto mais amplo, a noção adquire o sentido de maturação de uma nova experiência, a qual leva a um ponto de não retorno (tanto no âmbito pessoal quanto no histórico-social). Em resumo, a crise é o fator que predispõe à mudança, que prepara para futuros ajustes sobre novas bases, o que não é nada deprimente, como nos mostra o atual impasse económico.

Há pouco tempo, a noção de “crise” vinculou-se essencialmente ao setor económico para indicar uma condição complexa e contraditória, que não pode ser definida como “inflação”, “estagnação”, nem “recessão”, mas na qual uma série de causas se combinam numa mixórdia de questões contraditórias.

Na realidade, essa crise é caracterizada pela combinação simultânea de uma aposta económica de âmbito internacional (as causas) e as medidas tomadas localmente para lidar com isso (os efeitos). Ambas afetam o cidadão de maneira diferente, interagindo e contribuindo para a complexidade de um mal-estar social que se tem se mostrado cada vez mais importante. A percepção geral é a de que a cura é pior que a doença, pois é mais imediata e visível na pele das pessoas.

Essa crise vem de longe. Tem as suas raízes nos anos 2000, marcadas pela nova eclosão de terrorismo e a emblemática destruição das Torres Gémeas em Nova Iorque, em 2001. Não foi nenhuma coincidência o facto de as Torres Gémeas fazerem parte do World Trade Center, a sede da Organização Mundial de Comércio. Premonição ou coincidência? De facto, desde então, apesar da explosão da “Nova Economia”, os mercados financeiros começaram a tremer, mostrando que a globalização não teria levado a nada de bom. As consequências da invasão dos mercados mundiais por grandes corporações multinacionais foram, na verdade, a principal preocupação dos observadores no final do século XX — colonizações económicas, mas também culturais (questionadas pelo movimento “No Logo”), que nos fizeram temer a globalização como triunfo de um imenso mercado mundial padronizado e homogeneizado, à custa de pequenos produtores e redes comerciais.

A liberalização das fronteiras, porém, além de ter efeitos significativos para a liberdade e as comunicações pessoais, também abriu caminho a uma torrente de dificuldades económicas. Uma queda da Bolsa de Tóquio tem repercussões imediatas em Londres ou Milão. Daí a bolha especulativa com obrigações de alto risco, que começou na América do Sul e é responsável pelo mais sério colapso de todos os tempos do sistema bancário, infiltrando-se na Europa e desencadeando a presente crise, para a qual não conseguimos ver uma saída.

A crise em curso é financeira, ao passo que a crise de 1929 foi industrial: na atualidade, as teorias de Keynes não puderam ser aplicadas. Vejam o caso da Grécia, em que as imensas con-

tribuições da União Europeia só servem para reduzir o déficit temporariamente e não resultam em novos investimentos produtivos. O pêndulo não pode ser reiniciado.

De modo semelhante, as empresas privadas não têm interesse em investir capital em países que estejam a passar por dificuldades sérias, em parte por causa da crise no crédito bancário, mas especialmente em função de retornos económicos inconsistentes, resultantes da redução do consumo.

Nesta fase, nós assistimos ao curioso fenómeno do aumento de preços dos bens essenciais, que vai contra as tendências de mercado (eles deveriam descer em consequência da diminuição da procura): o aumento de preços tenta compensar, a curto prazo, a diminuição das vendas, remunerando o produtor por perdas sofridas em função da incapacidade de vender. Numa etapa posterior, se não forem implementadas medidas corretivas adequadas, a queda dos preços no consumidor reduz a produção, engendrando uma falta de bens essenciais e causando novos aumentos forçados de preço, os quais tentam restaurar o equilíbrio entre oferta e procura. Essa situação desencadeia uma economia de guerra, com os preços de mercado a duplicarem (no mercado negro), o que a Europa viveu tragicamente na última parte da Segunda Guerra Mundial.

Ao avançarmos para uma recessão grave, regista-se um aumento geral de preços dos bens de consumo (basta fazer umas compras rápidas no supermercado para notar), juntamente com uma estagnação ou queda dos preços de mercado de bens imóveis. Esse é o sinal mais óbvio de uma séria escassez, a qual, se não corrigida, levará inevitavelmente ao colapso económico. O declínio nas vendas de certos bens, como os bens imóveis, juntamente com o aumento dos preços dos bens essenciais, indica um destino diferente para o volume de dinheiro que é usado em consumo (em vez de ser investido); ou, se estivermos a falar de grandes montantes de capital, transferido para o estrangeiro, onde estará mais seguro ou terá uma oportunidade de recuperar pelo menos parte dos lucros perdidos.